

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 4

**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**



Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P964	Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 4 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 4) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-554-9 DOI 10.22533/at.ed.549192108 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONTRIBUIÇÃO DO GCEE - GRUPO CATARATAS DE EFICIENCIA ENERGÉTICA NA FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR DOS ESTUDANTES DE ENGENHARIA NA UNIOESTE-FOZ DO IGUAÇU	
Elidio de Carvalho Lobão Waldimir Batista Machado Matheus Tomé Albano Guimarães Eduardo Camilo Marques de Andrade Emmanuel Rubel do Prado Laercio Malacarne Junior	
DOI 10.22533/at.ed.5491921081	
CAPÍTULO 2	8
A MONITORIA COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DO ENSINO-APRENDIZAGEM EM FISIOLOGIA HUMANA	
Rita de Cássia da Silveira e Sá Emmanuel Veríssimo de Araújo Rachel Linka Beniz Gouveia	
DOI 10.22533/at.ed.5491921082	
CAPÍTULO 3	16
A PERENIDADE DOS GREGOS NA DISCIPLINA DE INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LITERÁRIOS	
Arthur Barboza Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5491921083	
CAPÍTULO 4	24
A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO OMNILATERAL A PARTIR DA RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA	
Maria Judivanda da Cunha Bernardino Galdino de Senna Neto Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.5491921084	
CAPÍTULO 5	32
A RESISTÊNCIA CONTRA A INTENSIFICAÇÃO NO PROCESSO DE ESPOLIAÇÃO TERRITORIAL DOS POVOS KAIOWA E GUARANI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Junia Fior Santos Marlene Gomes Leite	
DOI 10.22533/at.ed.5491921085	
CAPÍTULO 6	42
DETERMINAÇÃO DOS TEORES DE MINERAIS EM AMOSTRAS DE CATCHUP E MAIONESE POR FOTOMETRIA DE EMISSÃO ATÔMICA COM CHAMA	
Lidiane Gonçalves da Silva Allan Nilson de Sousa Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.5491921086	

CAPÍTULO 7	50
ESTUDANTES DE PEDAGOGIA E A PROVA BRASIL: DESCRITORES E ITENS DE ESPAÇO E FORMA	
Amanda Barbosa da Silva	
Ana Paula Nunes Braz Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.5491921087	
CAPÍTULO 8	62
ESTUDO DA CONTRIBUIÇÃO DA MONITORIA PARA O ALUNO DE ENGENHARIA – METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	
Humberto Dias de Almeida Filho	
Hanna Luara Costa Martins	
Pedro Henrique Medeiros Nicácio	
Amanda Maria Cunha Severo	
Lílian Mychelle Fernandes Falcão	
Gabriely Medeiros de Souza Falcão	
Sheila Alves Bezerra da Costa Rêgo	
DOI 10.22533/at.ed.5491921088	
CAPÍTULO 9	69
LDBEN Nº 9394/96: CONHECIMENTO DOCENTE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Simone Regina Santos Oliveira Pedrosa Soares	
Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.5491921089	
CAPÍTULO 10	82
MÚLTIPLAS LINGUAGENS COMO METODOLOGIA PARA PENSAR O TEMPO E O ESPAÇO: O PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS	
Camila Silva Pinho	
Rosângela Veiga Júlio Ferreira	
Andreia Cristina Teixeira Tocantins	
DOI 10.22533/at.ed.54919210810	
CAPÍTULO 11	99
O BRINQUEDO EDUCATIVO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	
Maria Cristina Delmondes Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.54919210811	
CAPÍTULO 12	110
O ENSINO DA SUSTENTABILIDADE EM INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE ENSINO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DA <i>TRIPLE BOTTON LINE</i>	
Luiz Carlos Danesi	
Paulo Fossatti	
DOI 10.22533/at.ed.54919210812	
CAPÍTULO 13	121
O ENSINO DE CIÊNCIAS NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Laudileire Cristaldo Chaves	
Ivanete Rodrigues dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.54919210813	

CAPÍTULO 14	132
O PEDAGOGO NAS UNIVERSIDADES CORPORATIVAS	
Bianca Brandão Aracaqui	
Sônia Regina Basili Amoroso	
DOI 10.22533/at.ed.54919210814	
CAPÍTULO 15	146
O REPENSAR DA PRÁXIS DOCENTE: A QUALIDADE DO ENSINO PROVENIENTE DE METODOLOGIAS AUTORREFLEXIVAS EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA	
Joseany Sebastiana da Silva Moreira	
Edson Gomes Evangelista	
Geison Jader Mello	
DOI 10.22533/at.ed.54919210815	
CAPÍTULO 16	155
O USO DA LITERATURA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Vanessa Luciano Brito	
Tatiane Vilella Mascarenhas	
Ana Margarete Gomes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54919210816	
CAPÍTULO 17	164
O USO DE ANIMES NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA EXPERIÊNCIA COM A FRANQUIA POKÉMON E O ENSINO DE BIOLOGIA	
Victor Hugo de Oliveira Henrique	
DOI 10.22533/at.ed.54919210817	
CAPÍTULO 18	173
OS DILEMAS DA FORMAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE	
Nildo Viana	
DOI 10.22533/at.ed.54919210818	
CAPÍTULO 19	184
PET PEDAGOGIA 20 ANOS: HISTÓRIA E MEMÓRIA	
Sheila Maria Rosin	
Antonio Carlos Andrade Gonçalves	
Carla Cerqueira Romano	
Débora Patrícia Oliveira Ribeiro	
Eduarda Miriani Stabile	
Emanuely Lívia Loubach Rocha	
Evilásio Paulo Novais Junior	
Karoline Batista dos Santos	
Luana Aparecida Depieri	
Manoela Schulter de Souza	
Maria Carolina Miesse	
Mariana Selini Bortolo	
Rayssa da Silva Castro	
Shara da Silva Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.54919210819	

CAPÍTULO 20	193
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO (EM TEMPO) INTEGRAL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE JOVENS PARTICIPANTES DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	
Danielle de Farias T. Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.54919210820	
CAPÍTULO 21	207
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO ESTADO DO PARANÁ: O NECESSÁRIO ENUNCIADO DAS ASSISTÊNCIAS RESSOCIALIZADORAS	
Marta Cossetin Costa	
Ireni Marilene Zago Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.54919210821	
CAPÍTULO 22	219
POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA OS SUJEITOS DO CAMPO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO HISTÓRICO A PARTIR DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO	
Silvana Cassia Hoeller	
Maurício Cesar Vitória Fagundes	
Roberto Gonçalves Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.54919210822	
CAPÍTULO 23	231
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EJA NO BRASIL: O CASO DO PROEJA NO IFRN-CAMPUS IPANGUAÇU E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	
José Moisés Nunes da Silva	
Maria Aparecida dos Santos Ferreira	
Ana Lúcia Pascoal Diniz	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.54919210823	
CAPÍTULO 24	246
PROBLEM-BASED LEARNING: A EDUCATION RESEARCH OF TECHNOLOGY UNDERGRADUATE COURSE IN ENVIRONMENTAL MANAGEMENT AT THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF RIO GRANDE DO NORTE, BRAZIL	
Samir Cristino de Souza	
Luis Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.54919210824	
CAPÍTULO 25	259
PROFISSIONAIS DO MERCADO: POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS DE BELÉM DO PARÁ	
Edson Paiva Soares Neto	
Andréa Bittencourt Pires Chaves	
Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.54919210825	
CAPÍTULO 26	264
PROJETO DE EMPODERAMENTO DISCENTE - CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA JÚNIOR NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO PROFISSIONALIZANTE	
Sirlei Rodrigues do Nascimento	
Celi Langhi	
DOI 10.22533/at.ed.54919210826	

CAPÍTULO 27	275
PROJETO DE ENSINO EM MATEMÁTICA E SUA EFICÁCIA NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM EDIFICAÇÕES	
Adriana Stefanello Somavilla	
Andrea Márcia Legnani	
Carla Renata Garcia Xavier da Silva	
Derli Francisco Morales	
Viviane de Souza Lemmert	
DOI 10.22533/at.ed.54919210827	
CAPÍTULO 28	288
PROJETO EDUCATIVO DE SENSIBILIZAÇÃO NO PARQUE APIUCOS MAXIMIANO CAMPOS – RECIFE/PE	
Vivianne Lúcia Bormann de Souza	
Bárbara Emmanuella Santos de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.54919210828	
CAPÍTULO 29	298
PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO INTERDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS DOS BEBÊS PROTAGONISTAS	
Fernanda Aparecida Varraschin	
Gisele Brandelero Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.54919210829	
CAPÍTULO 30	310
TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO: UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO DESENVOLVIDO POR CRIANÇAS PROTAGONISTAS	
Daniele Pires Dias	
Gisele Brandelero Camargo	
Maria Cristina Starcke	
DOI 10.22533/at.ed.54919210830	
CAPÍTULO 31	323
GESTÃO DO CONHECIMENTO PESSOAL E <i>COACHING</i> NO CONTEXTO ACADÊMICO: POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO	
Leonardo Fernandes Souto	
Américo da Costa Ramos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.54919210831	
CAPÍTULO 32	335
TRANSDISCIPLINAR, EU? ONDE SE APRENDE ISSO? NOTIFICAÇÕES E COMPARTILHAMENTOS DA ASSIMETRIA ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA PROFISSIONAL EMANCIPADORA	
Dilmar Xavier da Paixão	
DOI 10.22533/at.ed.54919210832	
CAPÍTULO 33	347
UMA DISCUSSÃO SOBRE OS MÉTODOS CIENTÍFICOS EM PESQUISAS EDUCACIONAIS	
Cassiano Scott Puhl	
DOI 10.22533/at.ed.54919210833	
SOBRE OS ORGANIZADORES	367
ÍNDICE REMISSIVO	368

A RESISTÊNCIA CONTRA A INTENSIFICAÇÃO NO PROCESSO DE ESPOLIAÇÃO TERRITORIAL DOS POVOS KAIOWA E GUARANI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Junia Fior Santos

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFGD)
Dourados-MS

Marlene Gomes Leite

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt-UFGD)
Dourados-MS

RESUMO: O presente trabalho traz de forma sucinta um breve estudo sobre a problemática territorial da qual os povos Kaiowa e Guarani vivenciam no Estado de Mato Grosso do Sul. Serão abordados aspectos relevantes à expropriação territorial dessas comunidades que permanecem reivindicando por demarcações de terras. Através de uma pesquisa bibliográfica são destacados alguns elementos que possibilitaram observar os principais motivos pelos quais ainda se faz necessária a incessante reivindicação pela real efetivação de leis asseguradas na Constituição Federal desde 1988. Conclui-se que apesar de uma legislação indigenista considerada avançada, existem ainda sérias dificuldades em se fazer cumprir os direitos territoriais desses povos.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Resistência;

Luta.

THE RESISTANCE AGAINST THE INTENSIFICATION OF THE TERRITORIAL SPOILIATION PROCESS OF THE KAIOWA AND GUARANI PEOPLE AND THE PUBLIC POLITICS IN MATO GROSSO DO SUL STATE.

ABSTRACT: this work brings, succinctly, the study about the territorial problematic lived by the Kaiowa and Guarani people in Mato Grosso do Sul State. It will be approached relevant aspects of the territorial expropriation of these communities that continue claiming their lands demarcations. Through a bibliographical research are highlighted some elements which enable the observation of the main reasons why it stills necessary the unstoppable claim for the effectiveness of the laws assured in the Federal Constitution from 1988. It is concluded that, in spite of an indigenous legislation be considered advanced, there are serious difficulties to implement the territorial rights of these people.

KEYWORDS: territory; resistance; fight.

INTRODUÇÃO

A proposta deste capítulo é apresentar

uma breve abordagem histórica da expropriação territorial vivenciada pelos povos Kaiowa e Guarani que vivem no Estado de Mato Grosso do Sul, estes coletivos experimentam desde o período colonial, condições históricas de desrespeito aos seus direitos territoriais. Tal situação foi acirrada a partir do século XX, contexto em que foram subjugados pelas forças hegemônicas do sistema capitalista.

O confinamento territorial foi uma das estratégias utilizadas por sujeitos que se interessavam em ocupar as terras indígenas, para isso contaram com a ajuda do Estado nacional, esse empreendimento provocou sérios impactos no modo de vida Kaiowa e Guarani. Fora do território tradicional e reduzidos às reservas, ficaram à mercê das políticas públicas, que não dialogam com suas particularidades socioculturais.

Contudo, esses coletivos nunca deixaram de lutar para reaver seus territórios. Diante da expansão ideológica de exploração de terras indígenas, os Kaiowa e Guarani responderam de diferentes formas aos empreendimentos econômicos sob suas terras.

A LUTA PELO DIREITO À TERRA INDÍGENA

No Brasil encontram-se três grupos étnicos que são denominados como Guarani, sendo eles: os Guarani Nãndeva, Guarani Kaiowa e Guarani Mbya, no entanto apenas os Nãndeva utilizam o etnônimo Guarani. Os dois povos (Kaiowa e Guarani) analisados neste trabalho são entendidos como grupos diferentes, no entanto é considerada a conjuntura territorial de ambos, que perpassa pelas mesmas dificuldades no que tange a falta de terras e a dificuldades para reavê-las.

O Estado de Mato Grosso do Sul, possui o segundo maior número de povos indígenas do Brasil totalizando 73.295 pessoas de etnias: Guarani-Nãndeva, Guarani-Kaiowa, Kadiwéu, Terena, Guató, Kinikinau, Kamba e Ofaié (IBGE, 2010).

Esses povos viviam em um território bastante extenso, denominados de tekoha, termo utilizado pelos Kaiowa e Guarani para expressar o “lugar específico de origem em que estava assentado antes de residir na reserva. O termo teko significa um modo de ser e de viver característico; há é o lugar (BENITES, 2012, p. 50)”. Esses coletivos começaram a perder gradativamente seu espaço geográfico a partir de 1880, momento em que o final da Guerra da Tríplice Aliança marcou o período inicial de espoliação dessas terras, que foram ocupadas por não indígenas, com a ajuda do governo brasileiro que as categorizou como espaço despovoado. (BRAND, 2004)

Com a instalação da Companhia Matte-Laranjeira na região para a exploração de ervais, a Companhia ganhou investimentos para seu enraizamento na região que era considerada apropriada para a exploração de ervais nativos e também dispunha de um significativo número de mão de obra, que se encontrava disponível em decorrência do contexto pós-guerra.

Dessa forma, houve uma intensificação no processo de desterritorialização

e a maioria das famílias que tiveram seus territórios expropriados por frentes de ocupação agropecuária aos poucos se viram obrigadas a ceder às pressões de latifundiários, necessitando mudar para outras regiões ou para o interior de reservas, que foram instituídas pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) em 1910. Esse foi o primeiro órgão responsável em prestar assistência às populações indígenas no que se refere as diferentes demandas, entre elas a demarcação de terras.

No entanto, essas demarcações sempre ocorreram de forma arbitrária, desconsiderando os parâmetros territoriais apreendidos por cada comunidade indígena. Entre os anos de 1915 a 1928, o SPI instituiu oito Reservas Indígenas no sul do atual Mato Grosso do Sul, sendo seis áreas em território Kaiowa e duas em território Guarani Nandeva. Os povos indígenas viram um território vasto ser reduzido a oito Reservas, sem ser realizada qualquer consulta prévia sobre quais os tamanhos reais dos seus territórios de ocupação tradicional. Desse modo, os entendimentos territoriais desses povos não foram levados em consideração, o objetivo era introduzi-los a um processo civilizatório nos padrões da sociedade colonial, inserindo-os em uma dinâmica de contato que desvalorizava e os colocava em posição de desvantagem.

O serviço de proteção aos Índios, SPI, iniciou suas atividades junto aos Kaiowá e Guarani, na região da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul, em 1915, quando é demarcada a 1ª Reserva Indígena Kaiowá, o Posto Indígena de Amambaí, com 3.600 hectares. Sofreu logo, também, a primeira redução, restando um total de 2450 hectares. Dois anos depois, em 1917, reservou uma segunda área de 3.600 hectares de terras no município de Dourados (Posto Indígena Francisco Horta). Em 1924, criou a terceira reserva de 3.750 hectares para os Kaiowá de Caarapó. Outras cinco reservas são criadas, em 1928, com uma extensão entre 900 e 2000 hectares cada uma. São elas: Takuapiry, Porto, Porto Lindo, Sassoró, Pirajuí (todas com 2.000 ha) e Limão Verde (com 960 ha). (BRAND; COLMAN, 2006, p.02)

Evidentemente as medidas tomadas pelo Governo Federal juntamente com o SPI, para instituir essas oito Reservas Indígenas, foram determinantes na normalização do confinamento prescrito. Com esses povos sendo direcionados ao interior das reservas, deixavam espaço livre para as frentes de exploração econômica.

Como afirma Antonio Brand (1997), ao analisar a localização dessas reservas, algumas destas não eram aldeias tradicionais, como Limão Verde, Caarapó e Ramada. Grande parte das regiões que foram demarcadas, não possuíam mais as mesmas características que formavam o tekoha.

O reservamento de terras para os Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul realizado nas décadas de 1910 e 1920, cumpre, como afirma Lima (1995), o “melhor produto” da dinâmica tutelar. A ação do SPI ao demarcar essas reservas iniciais sinaliza e oficializa o processo de confinamento e de acomodação que os Kaiowa e Guarani sofreram, representando uma forte estratégia colonialista que se embasava na tutela para realizar a intervenção junto aos povos indígenas no Brasil. Nesse sentido a *ação colonialista* tem como principal caractere a unilateralidade das ações, desconsiderando as possíveis demandas e perspectivas do objeto da ação. (PRADO, 2013, p. 36)

Levados a afastar-se de seus territórios para que outros os ocupassem, os

Kaiowa e Guarani tiveram sérios transtornos em suas organizações sociais, físicas e religiosas, acarretando problemas em seu modo tradicional de vida.

A definição de territorialidade exige uma análise cautelosa para se compreender a diversidade de entendimento sobre o que vem a ser o território indígena, esse conceito deve ser analisado a partir da organização territorial de cada comunidade, respeitando as diferentes concepções sobre a mesma (CAVALCANTE, 2016).

No decorrer do contexto histórico foram surgindo novos mecanismos de expropriação. Em 1943 foi criada a (CAND) Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que contribuiu para concessão de terras aos colonos e imigrantes que chegavam ao Estado, colaborando com o processo de expropriação de territórios indígenas. Os Kaiowa e Guarani não concordavam com tal política de colonização e assim deram início a um movimento indígena de resistência e de retomada dos territórios esbulhados.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a disposição jurídica assegura aos povos indígenas jurisprudências e suas terras passam a ser teoricamente reconhecidas e demarcadas. No entanto, a luta dos povos Kaiowa e Guarani não cessou, já que o cenário político continuava apresentando resistência ao reconhecimento dos direitos indígenas (PEREIRA, 2010).

Perante a expansão do sistema colonialista em Mato Grosso do Sul, os povos Kaiowa e Guarani começaram a responder as intensas pressões com reivindicações por demarcação de terras. Inicialmente organizando um movimento indígena nos anos finais de 1970, e em um segundo momento utilizando-se do novo ordenamento jurídico nacional, que entrou em vigor em 1988. Desse modo, conseguiram romper com os processos de confinamentos em pequenas áreas, bem como resistir ao processo de expulsão de outras. Segundo Brand:

Rancho Jacaré e Guaimbé [...], conseguiram a demarcação legal de suas terras em 1984. Representam as duas primeiras áreas indígenas demarcadas na região após 1928. Takuaraty e Yvykuarusu, Pirakuá, Cerrito, Jaguari, Jaguapiré, Sete Cerros, Guasuty e Jarará são outras aldeias que, a partir da década de 1980, conseguiram resistir à pressão dos fazendeiros e de órgãos governamentais e obtiveram êxitos legais no que se refere à posse da terra. (Brand, 1997, p. 106-107)

Contudo, esses povos foram e ainda continuam sendo vítimas de um processo de perda e redução territorial, processo esse que contribuiu para o confinamento de muitos indígenas em áreas superlotadas. Sendo o confinamento uma das consequências da desterritorialização, que impôs limitações ao modo de vida tradicional dessas populações.

Diante dessas condições, os povos Kaiowa e Guarani se viram forçados a se adequar as estreitas linhas de terras demarcadas. As reservas indígenas nacionais são terras destinadas à ocupação dos povos indígenas e são consideradas patrimônio da União, porém na maioria das vezes os espaços físicos ao qual são alocados não correspondem ou são fragmentos do território de ocupação tradicional.

Os povos Kaiowa e Guarani de Mato Grosso do Sul requerem territórios onde suas famílias extensas, possam ter um espaço para a continuidade de seu modo de ser, suas tradições, costumes e crenças, sendo este local imprescindível para a afirmação de sua identidade.

Ao se analisar a dívida histórica que se tem com as populações indígenas brasileiras é importante considerar a amplitude de terras que estes obtiveram, sendo o conceito de terra indígena para os próprios povos indígenas algo que vai além da subsistência, sendo para estes um suporte que abarca todo conhecimento, crenças e suas interações sociais, como salienta Cavalcante:

Entendo o território como sendo uma porção do espaço apropriada por um grupo humano que o constrói em seus aspectos sociais, simbólicos, culturais, econômicos e políticos através de modos específicos. Esta relação específica com o espaço que constrói um território é a chamada territorialidade. (CAVALCANTE, 2013, p.34)

O território é dentre outras necessidades, a mais urgente reivindicação da população Kaiowa e Guarani, e estes necessitam reavê-las para dar continuidade a seus costumes, tradições, crenças, especificidades e outros componentes culturais.

A convenção nº169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a ONU (Organização das Nações Unidas) considera como dever do Estado Brasileiro efetivar e respeitar os direitos constitucionais que os povos indígenas têm em manter as relações culturais com seus territórios tradicionais, levando em consideração os aspectos coletivos dessa relação.

A princípio o SPI tencionava a garantia de aldeamento dos povos indígenas em regiões delimitadas pelo órgão oficial. No entanto, o órgão passou a conciliar a suas ações e estratégias de integração desses povos à sociedade nacional, um dos mecanismos utilizados foi o incentivo de agrupação dos povos considerados mais desenvolvidos com os menos desenvolvidos, podendo assim, perceber o distanciamento e contradições entre seu projeto político e sua real efetivação. Como bem destaca Lima:

A história da proteção aos índios ao longo deste século (XX) é reveladora da tentativa de concentração de serviços em mãos de aparelhos estatizados de governo nacional, isto é, dos dispositivos administrativos de poder destinados a anular a heterogeneidade histórico-cultural, submetendo-a a um controle com grau de centralização e a imagem de homogeneidade fornecida pela ideia de uma nação. (LIMA, 1995, p.129).

O exercício do SPI acabou produzindo resultados opostos à sua real proposta de trabalho. Em 1960 sob denúncias de corrupção e ineficácia, o órgão foi examinado por uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) e o resultado das apurações levou a demissão de mais de cem servidores, e em decorrência de sua ineficiência o órgão foi extinto em 1967, instituindo a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) nesse mesmo ano.

Neste momento a política indigenista do Estado permanecia sendo norteadada

pelo viés da tutela, procurava-se integrar os povos indígenas à sociedade envolvente. O Estado reforçava sua manobra de submeter as sociedades indígenas a seus interesses, interferindo em seus direitos através da relação paternalista que era estabelecida.

Em 2009 com o objetivo de reorganizar seu exercício e também aperfeiçoar seu sistema estrutural, de acordo com os novos marcos legais, o órgão passou por um sistema de reestruturação, orientado pelo Decreto nº 7056/09. As alterações tiveram como finalidade o melhoramento no exercício do órgão que mais tarde sentiu a necessidade de aperfeiçoar um pouco mais sua gestão.

Passados quatro anos da implantação desta reestruturação, vislumbrou-se a necessidade de aprimorar ainda mais esse modelo de gestão, fortalecendo a capacidade de administração das unidades descentralizadas intermediárias, que são gestoras (Coordenações Regionais – CRs), e potencializando a atenção às comunidades indígenas pelas unidades mais descentralizadas, que são apenas finalísticas (Coordenações Técnicas Locais – CTLs). Conforme disposto no Estatuto da Fundação, atualmente disposto no Decreto nº 7778 de 27 de julho de 2012, o órgão tem, em suma, por finalidade:- proteger e promover os direitos dos povos indígenas, em nome da União; - formular, coordenar, articular, monitorar e garantir o cumprimento da política indigenista do Estado brasileiro;- promover e apoiar estudos e pesquisas científicas sobre os povos indígenas; - monitorar as ações e serviços de atenção à saúde e de educação diferenciada para os povos indígenas; - promover e apoiar o desenvolvimento sustentável nas terras indígenas; VIII - despertar, por meio de instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indígena; - exercer o poder de polícia em defesa e proteção dos povos indígenas. (FUNAI, 2015 p.20)

Apesar dos impasses que o órgão encontra na atualidade, este tem como atribuição fundamental, efetivar as diretrizes da política indigenista, procurando instaurar mecanismos efetivos em sua gestão, tendo como um de seus principais objetivos a proteção e também promover possíveis avanços nos direitos dos povos indígenas brasileiros. Juntamente com o Ministério da Justiça, o órgão é responsável pelas questões fundiárias, sendo garantido por lei o respeito às populações indígenas e a posse permanente de suas terras, entre outras garantias.

Segundo a Constituição Federal de 1988 Art. 231,

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Assim é legitimada a organização social dos povos indígenas, havendo uma sucessão de procedimentos a serem seguidos no processo de demarcação de territórios considerados tradicionais. Os estudos antropológicos fazem parte dos critérios em que relatórios referentes às investigações realizadas devem abranger os itens especificados na Portaria nº 14/96 do Ministério da Justiça. De acordo com o parecer legal, as terras reconhecidas como tradicionais devem compreender considerável espaço para que os povos indígenas possam viver de acordo com suas práticas, tradições e costumes.

Na contemporaneidade a demarcação de territórios indígenas é fundamentada

no artigo 231 da Constituição Federal de 1988 e também pela lei 6.001/1973, que apesar de ter sido elaborada anteriormente, permanece em vigor, sendo regulamentada através do decreto 1.775/1996.

Existem casos em que as comunidades Kaiowa e Guarani decidem retornar aos seus territórios sem que o procedimento de demarcação esteja concluído, quando isso ocorre os proprietários que ainda obtém o título de propriedade dessas terras, normalmente entram com pedido de reintegração de posse. Nestas situações é necessário que o Ministério Público Federal (MPF) se apresente embasado na Constituição Federal e na Convenção 169 da OIT, como mediador.

O convênio nº 169 da OIT de 1989 sobre os povos indígenas e tribais, estabeleceram alguns direitos aos povos indígenas. Entre esses direitos está a delimitação das propriedades que os indígenas julgam ser mais adequadas para seu desenvolvimento, tendo direito a preservação de seus costumes em terras originais. O convênio vem reconhecer o direito às terras de origem indígena a cada comunidade ou grupo específico. Apesar das garantias asseguradas na contemporaneidade, os povos Kaiowa e Guarani se vêem obrigados a reivindicarem de diferentes formas a real efetivação da lei.

Todos os direitos garantidos na Constituição de 1988 são consequências de anos de reivindicações, dentre as conquistas alcançadas até hoje, a garantia pela terra é uma das mais significativas para esses povos. Vejamos alguns desses componentes constitucionais.

1. Pertencem aos povos indígenas as terras tradicionalmente por eles ocupadas, isto é, as que são usadas tanto para suas atividades produtivas como para sua sobrevivência física e cultural;
2. Estas terras deverão ser demarcadas num prazo de cinco anos;
3. As terras indígenas não poderão ser vendidas ou negociadas, e toda e qualquer ação neste sentido é considerada nula;
4. Os povos indígenas têm o direito de ser alfabetizados em sua própria língua e segundo seu modo tradicional de aprendizagem;
5. Os povos indígenas têm o direito de viver segundo sua maneira de ser (organização social, costumes, línguas, crenças e tradições) e o governo apoiará e incentivará todas as suas manifestações culturais;
6. O ensino de História do Brasil deverá mostrar a importância e a contribuição das diferentes etnias e culturas na formação do povo brasileiro;
7. As riquezas do solo das terras indígenas (madeira, animais, plantas), dos rios e lagoas (peixes e répteis) é de uso exclusivo dos povos indígenas;
8. O aproveitamento dos rios (navegação e hidrelétricas) e a exploração mineral (gás, petróleo e minérios) só podem ser feitos com a aprovação do Congresso Nacional, depois de as comunidades terem sido consultadas e sendo-lhes garantida a participação nos benefícios. (PREZIA e HOORNAERT; 1994 p.148-149)

Os direitos dos povos Kaiowa e Guarani sobre as terras que tradicionalmente ocupam, depende diretamente da Constituição Federal e dos demais dispositivos legais assinados pelo governo brasileiro, que em sua factual efetivação tem demonstrado demasiada morosidade nos processos de demarcação colaborando com a ostensiva agressão aos direitos das comunidades indígenas brasileiras.

No Estado de Mato Grosso do Sul, o agronegócio possui significativa influência e forte peso em decisões relacionadas às terras em processo de demarcação. Sendo o cenário político do Estado marcado pela supremacia de interesses de uma minoria de grandes proprietários de terra, que em muitos casos interferem de maneira direta nas deliberações de terras indígenas.

A luta dos povos indígenas pela execução das leis que garantem as demarcações dos territórios é algo incessante e apesar do descaso da justiça, os Kaiowa e Guarani têm se organizado em um movimento cada vez mais articulado e contam com o apoio de órgãos indigenistas e interessados pela causa, que acompanham de forma direta ou indireta esses impasses.

Mesmo com o descaso do Estado nas resoluções territoriais e em outras demandas, os povos Kaiowa e Guarani vêm se organizando cada vez mais, formando novos planos de reivindicações para efetivação de seus direitos. Segundo Benites (2009), as reuniões denominadas Aty Guasu, grande assembleia geral de lideranças das famílias extensas lutam pelo reconhecimento, pela autoridade em suas terras tradicionais.

Na contemporaneidade a ocupação de parte das propriedades privadas tituladas sobre o *tekoha* é uma das formas de se obter o início do diálogo com as autoridades do Estado. Mesmo se deparando com inúmeros empecilhos, as comunidades Kaiowa e Guarani não cessam esforços na busca por novas estratégias de reocupação, procurando provar diante das leis instituídas pela sociedade envolvente, que a terra que reivindicam é de seu povo, o que pode ser comprovado através de estudos antropológicos.

Dessa forma, é visível a necessidade em situar e discutir, mesmo que sinteticamente, algumas questões relacionadas ao processo de esbulho dos territórios indígenas Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul, onde as consequências desse processo se fazem notórias e preocupantes, situação essa cada vez mais complexa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território tradicional é dentre outras necessidades a mais reivindicada pela população Kaiowa e Guarani que necessitam retornar a estas terras para dar continuidade a sua história. O Estado brasileiro julga-se comprometido com a efetivação nas demarcações de terras, porém seu apoio é considerado mínimo se comparado a dívida histórica que possui com as populações indígenas. Eles por sua

vez, têm observado seus direitos cada vez mais ameaçados por poderes dominantes que se intensificam progressivamente.

A continuidade no processo de reivindicação territorial não cessa e parece longe de chegar ao fim, com isso são estabelecidos novos impasses para a efetivação de seus direitos. O retorno às terras tradicionais é uma das principais demandas da população Kaiowa e Guarani sendo essa uma garantia constitucional.

A relação do colonialismo interno que se mostra presente na contemporaneidade é preocupante. Tal postura impossibilita o acesso a direitos básicos dos povos Kaiowa e Guarani que permanecem à mercê de uma administração pública falha em sua real efetivação, inserindo os povos indígenas em um sistema codificado de atribuições rotuladas como eficiente e justa.

Enfim, nesse trabalho foram demonstrados alguns dos impactos advindos da perda territorial dos Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul, com consequências que permeiam até a atualidade. As marcas deixadas continuam a ser propagadas, são visíveis aos olhos daqueles que se preocupam e se atentam por alguns instantes para a realidade em que se encontra essa população dependente de sistemas burocráticos impostos pelo Estado, que se mostra despreocupado quanto às reais necessidades desse povo.

REFERÊNCIAS

BENITES, Tonico. **A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas**. Dissertação de mestrado. Antropologia do Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

BENITES, Tonico. **A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas**, Capítulo II- Organização social de conhecimentos entre Ava Kaiowá. Rio de Janeiro: Coleção Primeiros Brasileiros, p. 47-75, 2012.

BRAND, Antonio Jacó. **Os caminhos da luta pela terra entre os kaiowá e guarani no Mato Grosso do Sul**. Tellus, ano 4, p. 137-150, Campo Grande – MS, abr, 2004.

BRAND, Antônio. **O Impacto da Perda da Terra Sobre a Tradição Kaiowá/ Guarani: Os difíceis caminhos da palavra**. Tese de Doutorado, História da PUC/ RS, 1997.

BRAND, Antonio, COLMAN; Rosa Sebastiana. **Território para os Kaiowá e Guarani**. 2006.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. Tese de Doutorado em História; Assis, SP: UNESP, 2013.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, Território e Territorialidade: A luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. Paco Editorial, 2016.

CIMI. **Conflitos De Direitos Sobre As Terras Guarani Kaiowá No Estado Do Mato Grosso Do Sul**. Comissão Pró Índio, São Paulo, 2000.

CIMI. **Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**. Dados 2012. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/vio/viol2012.pdf>.

FUNAI. **As Terras Indígenas**. Artigo online. Disponível em: http://www.funai.gov.br/indios/terras/conteudo.htm#o_que> Acesso em 20 de junho de 2015.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. & PEREIRA, L. M. 2003. **Perícia antropológica, arqueológica e histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil**. Autos nº. 2001.60.00.003866-3, 3ª Vara da 1ª Subseção Judiciária de Campo Grande.

FUNAI. **Orientações básicas**: para a caracterização ambiental das terras indígenas em estudo. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/series/manual-CGID/manual-DPT-CGID.pdf>

FUNAI. **Carta da presidenta**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2014/doc/04abr/Cartadapresidenta.pdf>

GRUENBERG, Friedl; AOKI, Celso. **Informações Básicas Sobre Temas Fundiários Para os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul**. Mato Grosso do Sul: CTI, 2004.

IBGE. **Os indígenas no senso demográfico de 2010**. Disponível em: http://indigenas.ibge.gov.br/imagens/indigenas_censo2010.pdf. Acesso: 09 de agosto de 2015.

MENEZES, Ana Paula. Colônia Agrícola Nacional de Dourados – História e Memória: considerações acerca da construção de uma memória oficial sobre a CAND na região da Grande Dourados. *In: Revista História em Reflexão*: Vol. 5, n.9 – UFGD – Dourados, jan/jun 2011.

LIMA, A C. S. **O grande cerco de paz**: Poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

PEREIRA, Levi, Demarcação de terras Kaiowa e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial *In: Tellus*. Campo Grande-MS, 2010.

PRADO, José Henrique. **Através do Prestígio: Atuação da Chefia Ameríndia Entre os Kaiowa da Terra Indígena Pirakua**. 2013 Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal da Grande Dourados.

PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo. **Esta Terra Tinha dono**. São Paulo: FTD, 1994.

RAMOS, Rita. **Sociedades Indígenas**. Editora: Ática. 1994. Relatório Global no quadro do seguimento da Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. **Igualdade no Trabalho: Um desafio contínuo**. Conferência Internacional do trabalho, 2011. Disponível em: <http://www.ilo.org/declaration>. Acesso: 11 de agosto de 2015.

MPF. **Tekoha**. Procuradoria da República em Mato grosso do Sul. 2010. Disponível em: <http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-deimprensa/...tekoha...pdf/file>. Acesso em 14 de julho de 2015.

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipan, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 15, 63, 99, 121, 130, 145, 257, 258, 264, 267, 298

Aprendizagem significativa crítica 121

Autoformação 173

B

Brincadeira 89, 94, 99

C

Capitalismo 31, 173, 183, 209

D

Desenvolvimento infantil 99

Dilemas 173

Discurso governamental sobre juventudes 193

E

Educação 2, 5, 12, 17, 24, 25, 31, 42, 49, 51, 54, 55, 56, 61, 69, 70, 73, 76, 80, 82, 83, 97, 98, 99, 108, 109, 110, 119, 121, 130, 132, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 144, 150, 164, 171, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 199, 202, 204, 205, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 243, 244, 246, 259, 261, 263, 264, 269, 273, 274, 276, 278, 282, 286, 287, 297, 298, 299, 309, 310, 313, 317, 321, 322, 338, 340, 341, 344, 345, 346, 347, 348, 358, 365, 367

Educação ambiental 119

Educação em Tempo Integral 193, 199

Educação profissional 231

Educação Superior 110, 186, 188

Eficiência energética 1

Empresa júnior 264

Engajamento 259

Ensino-aprendizagem 8

Ensino da Sustentabilidade 110

Ensino de ciências 121, 130

Ensino e aprendizagem 155, 322

F

Fisiologia Humana 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Formação 25, 31, 99, 114, 139, 143, 144, 154, 155, 159, 173, 183, 185, 244, 259, 335, 344, 367

Formação docente 155, 159, 259, 335

I

Instituição de Ensino Superior Privadas 259

Instituições Comunitárias 110, 111, 117

M

Metodologias Pedagógicas 146

Monitoria 8, 63, 64, 68

Múltiplas linguagens 8, 82

O

Omnilateralidade 24

Orientações curriculares 121, 130

P

Pedagogia 31, 50, 53, 60, 81, 99, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 141, 143, 144, 148, 151, 153, 163, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 227, 244, 259, 298, 310, 311, 345

Políticas de Educação 207, 208, 216

Políticas de Saúde 207

PROEJA 10, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 242, 244, 245, 278

Protagonismo infantil 311

R

Recurso Didático 8

S

Sociedade Contemporânea 173

T

Tecnologias de comunicação 311

Trabalho 24, 25, 31, 36, 41, 63, 66, 98, 144, 206, 211, 216, 217, 259, 263, 334

Trabalho científico 63

Trabalho docente 259

U

Universidades Corporativas 132, 133, 137, 138, 142, 144

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-554-9

